

SETOR ELÉTRICO

Trabalhadores na luta por um novo modelo energético

**RENOVAR JÁ
O BRASIL
NÃO PODE PARAR**

Em 03 de Junho de 2011, atendendo a um pedido da Presidenta da República Dilma Rouseff, o Ministro Gilberto Carvalho instalou no âmbito da Secretaria Geral da Presidência a Mesa de Diálogos sobre Energia, com o objetivo precípuo de estabelecer um diálogo construtivo e propositivo com trabalhadores do setor de energia, juntamente com os atingidos por barragens, articulados em um grupo que aglutina e unifica, na perspectiva da construção de um campo popular, as plataformas de reivindicações desses dois segmentos sociais sobre o modelo energético brasileiro – a Plataforma Operária e Camponesa para Energia.

Para além de medidas de grande impacto na sociedade, tais como a redução do preço do gás de cozinha aos consumidores residenciais e a adoção da energia solar para o aquecimento de água para uso doméstico, a Plataforma traz para o debate no interior da Mesa temas ligados ao cotidiano laboral dos trabalhadores do setor energético, tal como a grande incidência de acidentes e mortes no trabalho desse setor, relacionados em grande medida ao processo de terceirização, e o tema que aflige no momento a todos os eletricitários, a Renovação das Concessões.

A partir das ações objetivas que vem desenvolvendo em vários estados, como os atos que ocorreram em Paulo Afonso/BA (17/11), Florianópolis/SC (08/12) e em Curitiba/PR (14/03), a Plataforma almeja criar condições para que o debate sobre a política energética aconteça também entre os trabalhadores e não fique restrito aos grandes grupos de investidores e consumidores intensivos de energia. Almeja também romper com a histórica exclusão de largos setores da sociedade, pretende que o debate sobre o planejamento da política energética nacional seja democratizado, possibilitando a discussão de aspectos basilares, tal como o financiamento público na área de energia a setores privados – que precisa estar acompanhado da exigência de condicionantes de responsabilidade de cunho social, trabalhista e ambiental. A Plataforma entende que as estatais devem ter – no mínimo, as mesmas condições de financiamento das empresas privadas.

À luz dessas premissas, a realização do “Seminário Nacional sobre o Modelo Energético: Atualidade e Perspectivas”, nos dias 19 e 20 de abril de 2012, em Brasília, tem como principal objetivo propiciar o debate sobre a política energética brasileira de maneira a permitir o aprofundamento das questões relativas ao modelo energético atual, bem como o enraizamento do debate junto a setores do governo, à sociedade em geral, e, especialmente, entre os trabalhadores.

Nesse sentido o seminário foi articulado em quatro temas, a saber: A energia e a estratégia de desenvolvimento para o País; Estado e Sociedade no planejamento e organização da indústria energética; Estado e Sociedade na regulamentação da indústria energética; As consequências do atual modelo para a sociedade.

Por parte do Governo participarão a Secretaria Geral da Presidência – Gilberto Carvalho, o Ministério das Minas e Energia – Edson Lobão, o Ministério do Meio Ambiente - Isabela Teixeira. As empresas estatais, Petrobrás – Maria das Graças Foster, Eletrobrás – José da Costa Carvalho Neto e EPE (Empresa de Pesquisa Energética) – Maurício Tomalsquin. Em nome da Plataforma falarão integrantes da FNU, FUP, FISENGE e MAB.

Além das citadas, outras entidades estarão participando como ANEEL, ANP, Senado Federal, Câmara dos Deputados, CNBB, e CUT. Também participarão representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

As entidades representativas dos trabalhadores esperam que esse seminário seja um marco na mudança no conceito do modelo energético brasileiro, classificando a energia como um bem público gerido na perspectiva de atender aos interesses do povo brasileiro e da nação.

Os trabalhadores continuam na luta em defesa e fortalecimento das empresas públicas, tais como a Celesc e a Eletrosul e se mantém firmes nesse propósito até que seus objetivos sejam alcançados.

A Plataforma Operária e Camponesa para a Energia é composta pela FNU, FUP, FISENGE, SINERGIA/Fpolis, SENGE-PR, SINDIELETRO/MG, MAB, MST, MPA e Via Campesina.



Trabalhadores escolheram seus representantes nos Conselhos de Administração das Empresas

Conforme divulgado em boletins da Intersul, bem como outras edições do LINHA VIVA já relataram, os trabalhadores da Eletrosul e das demais empresas do Grupo Eletrobras puderam pela primeira vez, eleger representantes dos empregados nos Conselhos de Administração das Empresas. As eleições ocorreram no decorrer do mês de março, sendo que, apenas FURNAS ainda não tem a eleição definida, pois a data da eleição não coincidiu com as demais empresas do Grupo Eletrobras. Os sindicatos que compõem Intersul participaram incansavelmente de todas as movimentações e articulações que transformaram a reivindicação dos trabalhadores do setor elétrico em uma realidade estabelecida na lei e também no Acordo Coletivo de Trabalho. Esta é, portanto mais uma importante conquista da nossa categoria.

Também por solicitação das entidades que compõem a Intersul, se realizou na Eletrosul antes da eleição, dois debates que envolveram no primeiro turno todas as dez (10) chapas concorrentes e no segundo turno as duas (02) chapas mais votadas. Este processo propiciou uma boa discussão sobre os assuntos relacionados ao Conselho de Administração e uma maior participação dos trabalhadores. Ao final do processo eleitoral, os trabalhadores da Eletrosul escolheram como seus representantes no Conselho de Administração, a chapa 9, composta por Dino Gilioli e Wanderlei Lenartowicz, que es-

tabeleceram como base de sua proposta de atuação no Conselho, o reconhecimento da energia como bem público, a necessidade de renovação das concessões em um novo modelo que permita a preservação do caráter público da empresa e o cumprimento da sua missão de acordo com os interesses da sociedade.

Dino e Wanderlei participaram da eleição apoiados pelas entidades que compõem a Intersul. Por esta razão, os sindicatos que compõem a Intersul, vêm a público, agradecer a todos os trabalhadores da Eletrosul, independente da sua opção de voto, pois todos de alguma forma contribuíram para o sucesso deste processo de escolha democrática.

Além dos trabalhadores de um modo geral, outros agentes estiveram envolvidos e foram extremamente importantes neste processo, razão pela qual as entidades que compõem a Intersul também agradecem de maneira especial a todos os integrantes das demais chapas que concorreram nesta eleição, aos membros da comissão eleitoral que trabalharam exaustivamente na organização, e a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para esta realização. O sucesso da eleição se transformará no sucesso da representação dos trabalhadores, na medida em que todos continuem a fazer a sua parte, pois do trabalho e dedicação de cada um, vem os frutos que são colhidos por todos.

ELETROSUL

Sindicatos da Intersul participam do planejamento nacional da campanha dos eletricitários.

As entidades que compõem a Intersul estão participando do planejamento da campanha nacional dos eletricitários, esta semana em São Luis – MA. Como já divulgado anteriormente, esta atividade é coordenada pelo CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários e define a pauta nacional da categoria com vistas ao ACT2012/2013, bem como as estratégias de campanha. Como dirigentes de entidades que compõem a Intersul, os representantes eleitos pelos empregados da Eletrosul no Conselho de Administração, Dino e Wanderlei, estarão participando do planejamento, onde também acontecerá uma reunião dos representantes eleitos pelos trabalhadores no Conselho de Administração das Empresas do Grupo Eletrobras.

Esta reunião tem por finalidade articular e organizar a ação conjunta dos representantes dos trabalhadores, fortalecendo a capacidade de atuação destes representantes nos conselhos de administração das empresas.

As próximas edições do LINHA VIVA e boletins da Intersul trarão os desdobramentos da reunião dos conselheiros eleitos assim como os encaminhamentos e o calendário de campanha definidos no planejamento da data-base. Mais uma vez, os sindicatos que compõem a Intersul conclamam os trabalhadores a participar efetivamente das atividades de campanha. O acordo coletivo de trabalho é o principal instrumento dos trabalhadores para manutenção e ampliação dos seus direitos e conquistas, mas a luta é de todos para que as conquistas também sejam de todos os trabalhadores.

CELESC

Criação de novas rubricas na folha de pagamento tem falha na comunicação com a Celos

A conquista do pagamento do auxílio doença e auxílio gestação com base em média de remuneração fixa no Acordo Coletivo de trabalho 2011/2012 gerou a necessidade da criação de novas rubricas na folha de pagamento.

Infelizmente, por uma falha de comunicação da empresa, a Celos não recebeu as novas rubricas e essas não foram contabilizadas na base de cálculo para o desconto previdenciário da Fundação. Desta forma, os trabalhadores que estiveram afastados em auxílio doença ou auxílio gestação não tiveram recolhidos em sua ficha financeira para base de contribuição previdenciária os valores referentes dessas rubricas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012.

Para que o trabalhador não tenha prejuízo em seu plano previdenciário, a Celos procederá com o desconto dos valores devidos na folha de pagamento do mês de março.

Lembramos que a média de remuneração fixa é um benefício ao trabalhador que fica afastado da empresa mantendo uma composição da sua remuneração como se em efetivo serviço estivesse, buscando eliminar ou diminuir o impacto negativo em seu salário, possibilitando uma tranquilidade para a sua recuperação. Assim como a Celos, os sindicatos da Intercel estarão à disposição para eventuais esclarecimentos.

CELESC

Periculosidade fixa é estendida

Depois da deliberação da empresa de pagar a periculosidade de forma fixa aos trabalhadores Engenheiros e Técnicos Industriais, excluindo os Auxiliares Técnicos e despachantes, os sindicatos que compõem a Intercel procuraram o debate para que a empresa pagasse esse direito de forma isonômica, uma vez que os profissionais exercem as mesmas funções no plano de cargos e salários.

Depois de várias reuniões, a Celesc fez o levantamento das horas apontadas como investimento para Auxiliares Técnico e Despachante, da mesma forma que havia feito para Engenheiros e Técnicos Industriais e estendeu o direito a todos, através de Deliberação da Diretoria Colegiada.

É importante ressaltar que foi o empenho da Intercel nas discussões e cobranças que fez com que todos fossem tratados da mesma forma, e não negociações paralelas de grupos distintos, como estão sendo divulgadas. Não houve nenhum acordo assinado com nenhum sindicato ou intersindical, mas sim o empenho político dos sindicatos da Intercel para que a diretoria da empresa fizesse o correto, buscando a isonomia de direitos aos celesquianos.

CELESC

Cadastro de senhas para a eleição preocupa



O cadastro de senhas para a eleição para representante dos empregados no conselho de administração vem preocupando os trabalhadores e os sindicatos que compõem a Intercel. Mesmo com a prorrogação do prazo, a operacionalização do processo em período tão curto é de difícil execução e pode prejudicar o acesso dos trabalhadores à votação.

As regras da eleição determinam que todos os trabalhadores devem ter acesso ao processo democrático de escolha de um representante para atuar no Conselho de Administração e, com o cadastro de senhas sendo feito a passos de formiga, muitos daqueles que querem sim exercer o seu direito poderão não ter condições para isso. Vale ressaltar que os trabalhadores designados para cadastrarem as senhas de nada tem culpa em nossos temores: são reféns de um processo atropelado, que deveria ter sido decidido e implementado muito antes do período de campanha, dando a todos os celesquia-

SETOR ELÉTRICO

O futuro das distribuidoras de energia

A aprovação da figura do comercializador varejista (veja matéria abaixo) será mais um intermediário na compra e venda de energia - assim como aconteceu com o mercado livre (até 3 MWh). Com a ampliação para até 500 KWh - parte importante do mercado atual das distribuidoras deixará de existir.

Além disso, a ampliação desse segmento não será uma oportunidade de melhorar a competição, mas sim, na minha avaliação, uma ampliação do espaço especulativo para a negociação da energia. São mais papéis circulando, potencializando negócios sem lastro efetivo. Atualmente o mercado livre já atinge quase 30% da energia, com a mudança, potencialmente entre 50 a 60% passariam para esta condição.

A pergunta que resta é o que as distribuidoras irão fazer com uma estrutura para atender um mercado que pode ser reduzido de modo significativo.

CCEE espera audiência para comercializador varejista ainda no primeiro semestre do ano

A CCEE prevê que ainda no primeiro semestre a Aneel coloque em audiência pública a criação do comercializador varejista e que essa proposta comece a ser implantada no semestre seguinte. A proposta foi entregue à Aneel pela CCEE no início de agosto do ano passado. Segundo o presidente do conselho de administração da CCEE, Luiz Eduardo Barata a implementação da proposta não deve encontrar muitas dificuldades, já que não depende de exigência de sistemas. A previsão inicial do setor era de que o processo de audiência para a proposta começasse em 2011. A figura do comercializador varejista concentrará os negócios no mercado dos consumidores especiais, aqueles com carga entre 500 kW e 3 MW. O objetivo é desonerar o consumidor especial, que atualmente deve cumprir obrigações como quitação das dívidas e aporte de garantias. Com a nova figura, essas responsabilidades passariam para o comercializador varejista.

(Agência CanalEnergia – 23.03.2012)

nos condições e tranquilidade para concentrarem-se nas propostas dos candidatos, analisar quem tem base de apoio e real capacidade para representar os interesses dos trabalhadores no Conselho de Administração.

A verdade é que, em cada local de trabalho, novas dificuldades se apresentam a cada dia. São trabalhadores pedindo pela votação pela senha ponto (o que não é nada aconselhável pela fragilidade do sistema); trabalhadores desinformados sobre o processo (principalmente os da área técnica, que pouco fazem uso do correio eletrônico); e alguns trabalhadores demonstrando resistência no cadastro de outra senha.

Nestas horas fica claro que o simples é o mais indicado. Apesar de não ser um método avançado, moderno, tecnológico, o uso de urnas e cédulas para a votação se mostra o mais acessível, transparente e confiável. Todos os candidatos poderiam fiscalizar através de seus apoiadores o processo de votação e todos os trabalhadores teriam acesso à eleição, deixando a decisão de participar ou não do processo democrático nas mãos e consciência de cada um. Esperamos que a comissão eleitoral tome a melhor decisão para que o processo eleitoral transcorra sem nenhum problema.



MAIS DE 1 MILHÃO DE REAIS POR ANO

é o que a Celesc vai gastar com a criação de 33 novos cargos de chefia

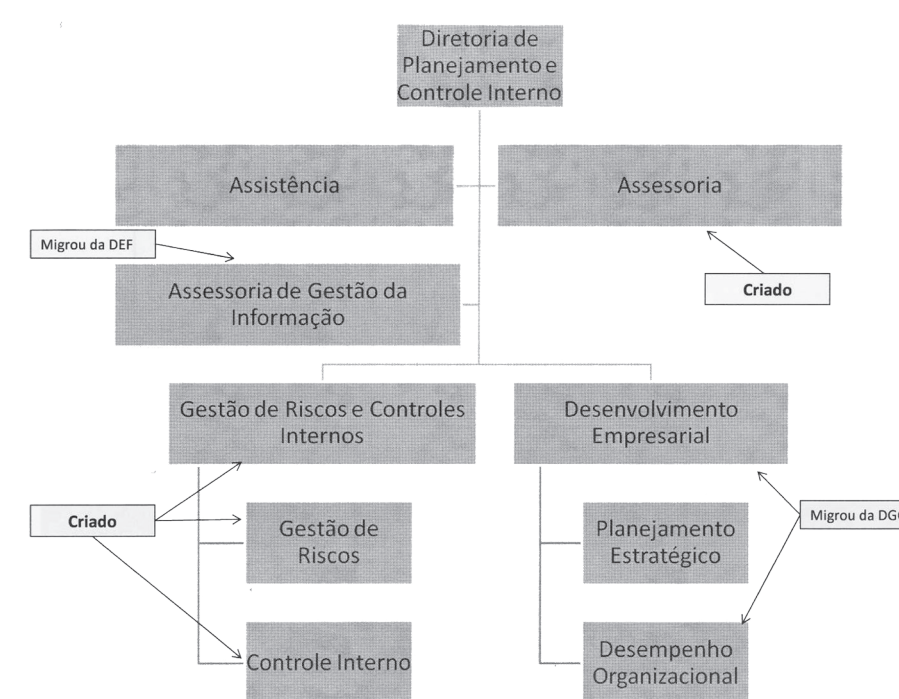
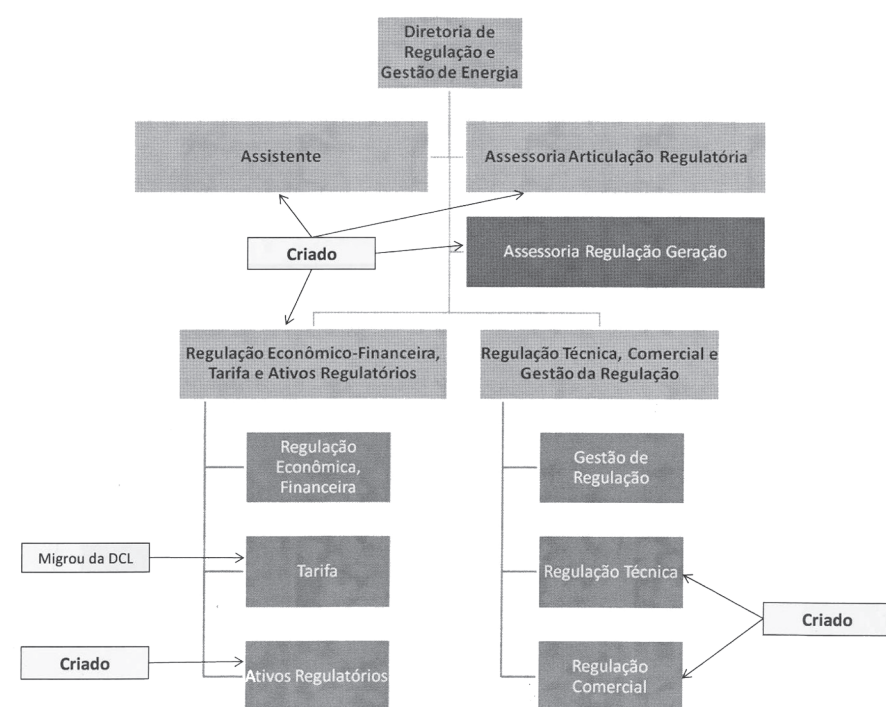
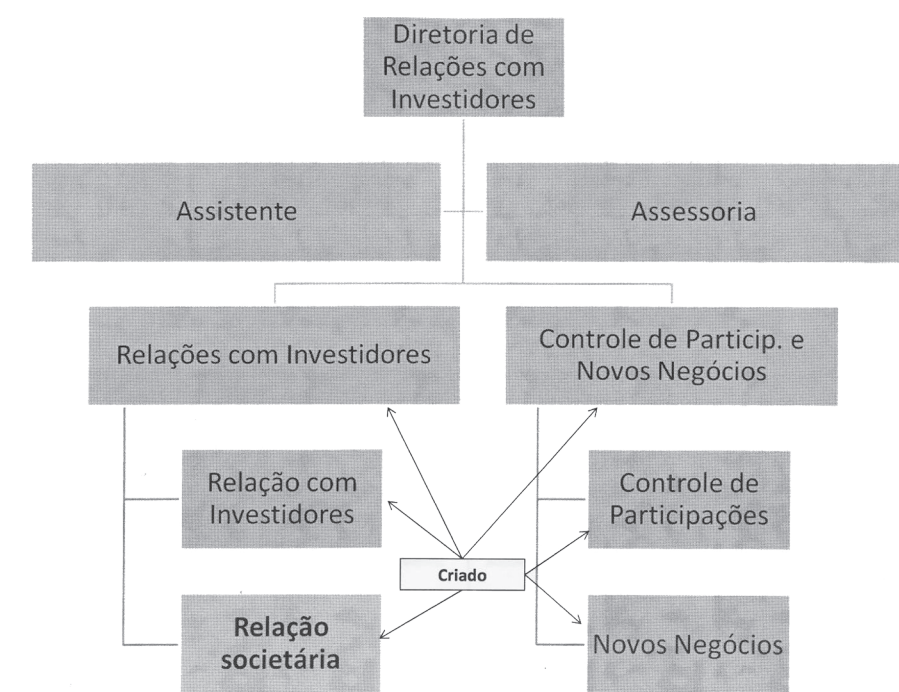
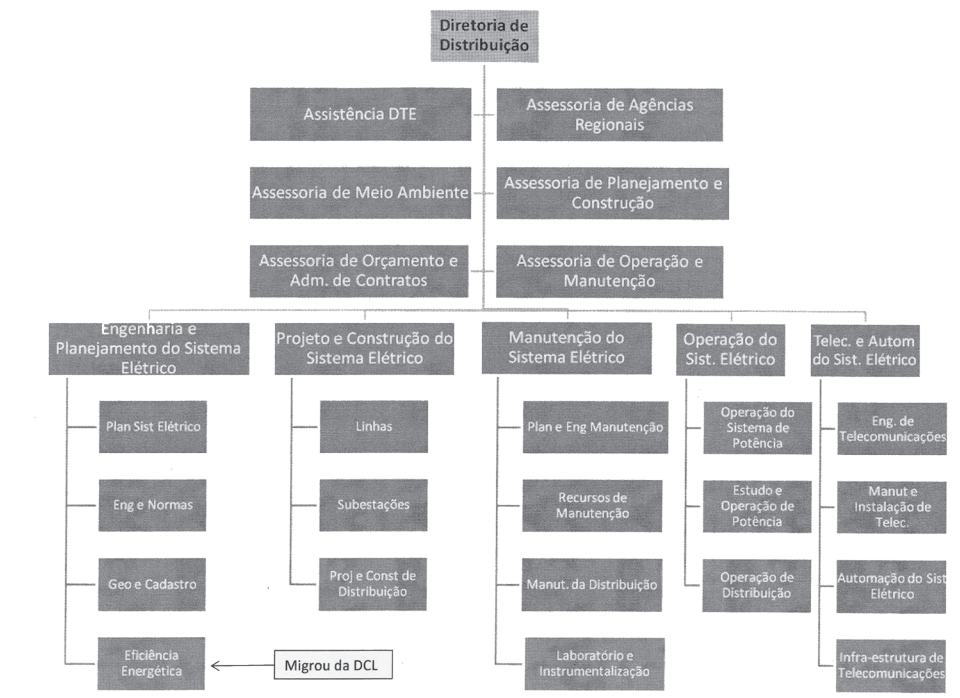
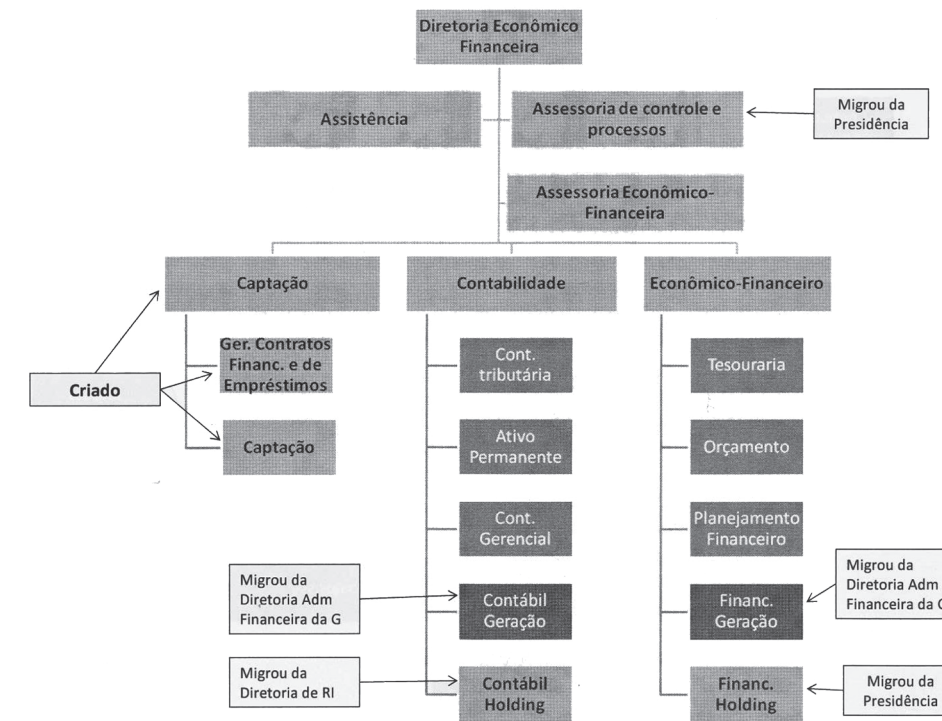
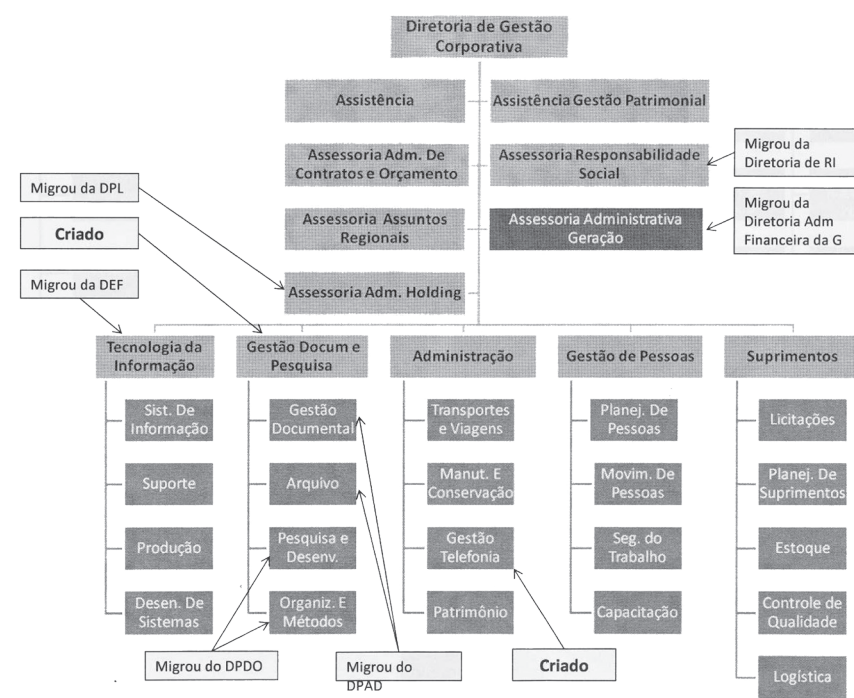
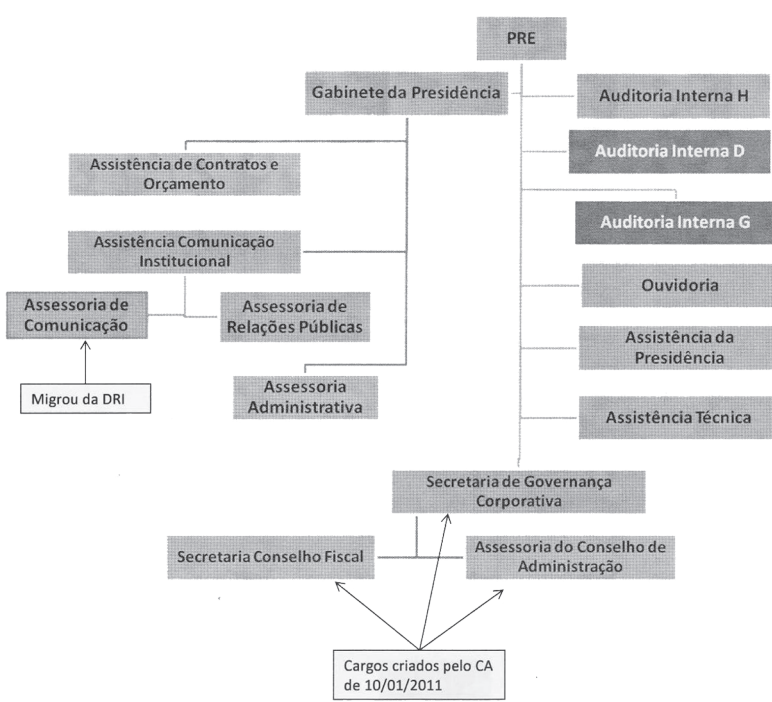
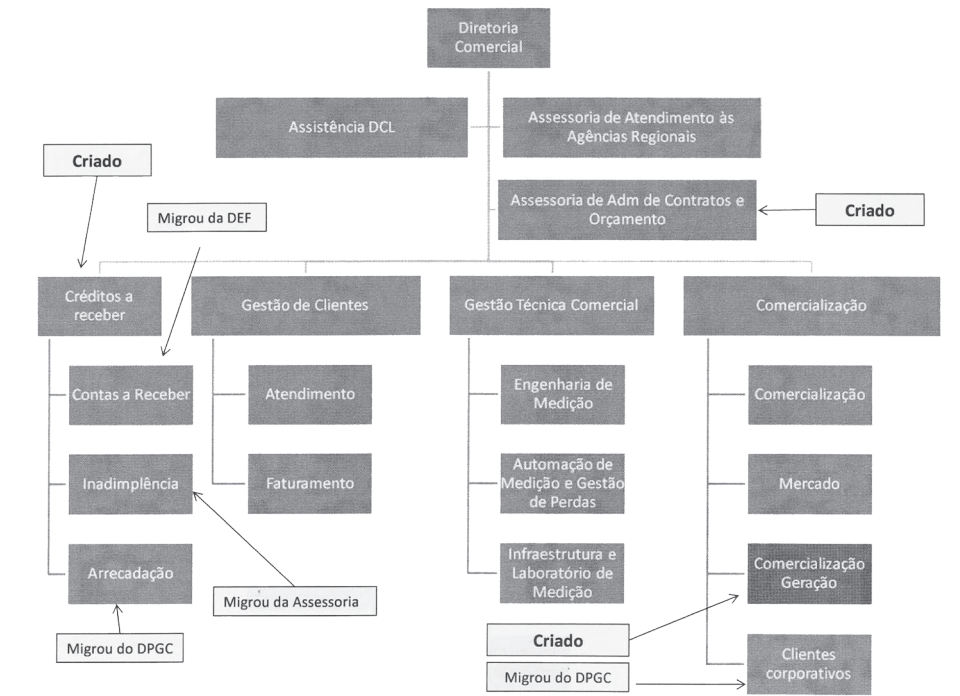
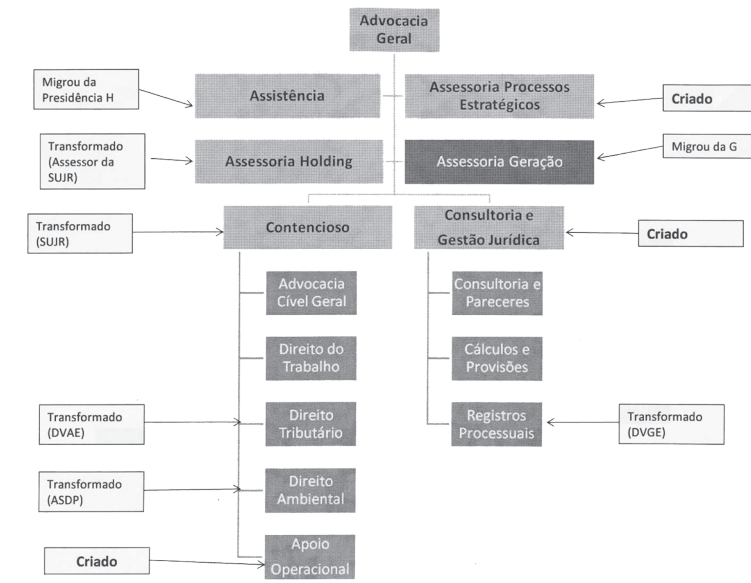
Após completar um ano à frente da Celesc, a nova diretoria parece ter dado fim ao discurso das “boas práticas de gestão” e abraçado a política-gem que tanto prejudica a empresa. Essa é a única explicação para a NE 015/2012 que, travestida de “adaptação da estrutura organizacional do Grupo Celesc” ao novo Estatuto Social, cria 33 cargos de chefia, dentre assistências, assessorias, departamentos e divisões.

A unificação das presidências havia nos dado esperança de que a Celesc enfim estaria caminhando para uma administração séria, com a redução do loteamento de cargos de chefia. Infelizmente, foi ela a própria desculpa utilizada para a criação dos cargos, conforme informações da própria NE: “A modificação estatutária acabou por unificar as três presidências do grupo em uma, o que resulta numa economia financeira maior que os custos gerados a partir da nova estrutura desenvolvida”. Ou seja, transforma-se uma ação correta como a unificação das presidências em pretexto e a economia gerada com essa ação vira moeda para esbanjar gratificações, sem real necessidade para tal. Faz cinco anos que a remuneração das chefias permanece estagnada, gerando descontentamento entre os empregados nomeados em cargos de confiança na empresa. Seria mais prudente a Diretoria reavaliar a remuneração das chefias, dando real valor ao trabalho de coordenação que estes empregados executam. Nessa linha, a Intercel defende uma política gerencial que propicie a ocupação desses espaços por trabalhadores verdadeiramente capazes de exercerem essas funções, independente da filiação partidária ou das afinidades pessoais.

O posicionamento dos sindicatos que compõem a Intercel mantém-se pela estrutura organizacional da Celesc com um único presidente e com apenas sete Diretorias para gerir a empresa. Também temos certeza que as várias assistências, assessorias, departamentos e divisões são desnecessárias se o trabalho for coordenado de forma correta.

A diretoria colegiada, única responsável pela criação destes cargos, já apresentou a nova estrutura para o Conselho de Administração, apenas para conhecimento do CA. No entanto, o Representante dos empregados no CA registrou em ata a mesma indignação sentida pelos sindicatos e pelos trabalhadores com a criação das novas chefias.

Por hora, nos resta imaginar o porquê do surgimento de 33 chefias. Estaria relacionado com a quantidade de deputados da base aliada na ALESC? Por mais torpe que seja essa realidade, não seria maquiada sob uma necessidade que não existe.



Por que a crise atual é maior que a dos anos 30

O decantado discurso da eficiência privada cai por terra quando se faz uma análise mais profunda da crise atual, que tem provocado uma quebra geral em países de economias expressivas no mundo. Nestas horas, e sem nenhum pudor, os defensores do chamado estado mínimo, da privatização, se apropriam literalmente do cofre do estado para salvar bancos e empresas particulares. Ou seja, quando convém, não há nenhum dilema ideológico em recorrer a estatização à custa de um endividamento público. Buscando contribuir no processo de reflexão crítica e de análise da atual crise capitalista, o jornal Linha Viva publica abaixo texto originalmente divulgado no Boletim Carta Maior de 31/01/2012.

Ao contrário da Grande Depressão, desta vez a crise afetou o coração mesmo do sistema capitalista, que é o seu sistema bancário central. Nos anos 30, milhares (cerca de 9 mil) bancos quebraram nos EUA e na Europa, no curso de quatro corridas bancárias entre 29 e 33, mas nem um único considerado grande. Eram pequenos e médios bancos municipais ou regionais, sem risco sistêmico. Agora, no rastro do Lemon Brothers, todo o sistema virtualmente esteve para colapsar. O artigo é de J. Carlos de Assis. ()*

Tenho sustentado que a crise financeira atual é a maior da história do capitalismo pela razão simples de que, ao contrário da Grande Depressão, antes considerada a maior, desta vez a crise afetou o coração mesmo do sistema capitalista, que é o seu sistema bancário central. Nos anos 30, milhares (cerca de 9 mil) bancos quebraram nos EUA e na Europa, no curso de quatro corridas bancárias entre 29 e 33, mas nem um único considerado grande. Eram pequenos e médios bancos municipais ou regionais, sem risco sistêmico. Agora, no rastro do Lemon Brothers, apenas o quinto entre os bancos de investimento, todo o sistema virtualmente esteve para colapsar.

Nos Estados Unidos, os dois maiores conglomerados bancário-financeiros, o Bank of America e o Citigroup, tiveram que ser parcialmente estatizados para não quebrar. No caso do Citigroup, o Governo comprou mais de 40% de suas ações ordinárias. Os outros 17 maiores conglomerados financeiros, submetidos a testes de stress, foram socorridos pelo Fed sob o pretexto de evitar riscos sistêmicos. Na Europa, o Royal Scotland Bank e o Barclays da Inglaterra tiveram de ser estatizados. Continuam assim até hoje. Na Alemanha, o Governo comprou quase metade do Commerzbank, do qual ainda hoje detém 25% das ações.



Voltando aos Estados Unidos, quebrou e teve de ser estatizada a maior seguradora do mundo, a AIG. O mesmo destino tiveram as duas maiores empresas de crédito imobiliário do país e do mundo, a Fred e a Fannie Mae.

Além disso, numa iniciativa absolutamente inédita, o Governo americano interveio para salvar as maiores empresas manufatureiras do país, a GM e a Chrysler, com empréstimos bilionários. (Note-se que a legislação emergencial dos anos de Roosevelt previu socorro do Fed a empresas manufatureiras, não financeiras, mas ela nunca havia sido efetivamente aplicada até agora.)

O rescaldo desse incêndio são 6 trilhões de dólares em hipotecas em circulação nos Estados Unidos, além de outras formas de crédito de recebimento duvidoso (cartão de crédito, estudantil etc), tendo parte desse crédito vazado para o sistema bancário europeu. Dessas hipotecas, algo como 3,5 trilhões de dólares são de recebimento duvidoso, e 1,5 a 2 trilhões de dólares são calculados como perda certa, dependendo do comportamento do mercado imobiliário – que até hoje, mais de três anos depois do início da crise, não se recuperou. Por uma especial deferência dos reguladores, os bancos foram autorizados a manter em carteira esses títulos, só exigindo sua baixa na data do vencimento nominal.

O fato é que, com suas carteiras lotadas de títulos podres privados, os bancos limitam os empréstimos para o setor produtivo numa corrida desesperada para fazer lucros de curto prazo (e distribuir bônus) nos mercados sem risco a fim de evitar sua própria quebra. Estão com operações concentradas em transação de moedas (4 trilhões de dólares ao dia, 955 trilhões ao longo de 2010), em arbitragem (tomando recursos do Fed a 0,25% e emprestando ao Tesouro a 3,5%) e em outras formas de “serviços”. Com isso há um estreitamento de crédito para pequenas e médias empresas, justamente as que concentram 65% da criação do emprego nos Estados Unidos. Em consequência, a taxa de desemprego se mantém extremamente elevada (8,5%).

Na Europa, os governos também trataram de estatizar e salvar bancos, sempre à custa de um endividamento público relativo ainda maior que o dos Estados Unidos. É de notar-se que, antes da crise, todos os países da União Européia e, particularmente, os da zona do euro tinham situações fiscais bastante confortáveis tendo em vista os critérios de Maastricht – com a possível exceção da Grécia. A dívida da Irlanda, por exemplo, era inferior a 30% do PIB! Depois da eclosão da crise, sob o ataque frontal das agências de risco, Grécia, Portugal e Irlanda, assim como Espanha e Itália, viram explicitada uma crise fiscal criada pelo setor privado e que ele quer, agora, transferir seus custos aos cidadãos, na forma de destruição do Estado de bem estar social europeu. Isso, porém, fica para ser discutido mais tarde.

(*) Economista e professor, presidente do Intersul, coautor com Francisco Antonio Doria do recém-lançado “O Universo Neoliberal em Desencanto”, Ed. Civilização Brasileira. Este artigo é publicado também no site “Rumos do Brasil” e todas as terças-feiras, no jornal “Monitor Mercantil”.



Ato contra as privatizações dos serviços públicos reúne movimentos sociais em Florianópolis



Diversas organizações sociais e sindicatos organizaram suas bases e se reuniram em Florianópolis, dia 15 de março, em um ato unificado contra as privatizações dos serviços públicos. Na mobilização estiveram presente o Sindicato dos Eletricitários (Sinergia), Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Sindicato dos Bancários (Seeb), Sindsaude, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado (Sinjusc), Sindaspisc, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Sintrafesc), Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal (Sintrajusc), MAB, MST, entre outros.

Cerca de 6 mil pessoas participaram da manifestação, que teve início em frente à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e seguiram em marcha por cerca de dois quilômetros, defendendo a Renovação das concessões do Setor Elétrico e o fim das privatizações que vem sendo implantadas em instituições públicas das áreas de saúde, educação e energia.

A manifestação passou em frente à Secretaria de Educação, onde foi feito o protesto contra a falta de investimentos no ensino público e a falta de um piso salarial digno para os magistrados. O movimento encerrou as atividades em frente ao Terminal de Intergração do Centro de Florianópolis, sendo que todo o trajeto percorrido foi acompanhado e coordenado pela Polícia Civil, para que não atrapalhasse o trânsito.

A passeata demonstrou o grau de união e maturidade das entidades do campo e da cidade, que apesar de atuarem em áreas diferentes sofrem problemas semelhantes. A luta pelo bem público, por salário digno, boas condições de trabalho, segurança e a luta contra as privatizações são objetivos comuns entre as instituições.

Ultima audiência judicial de saúde e segurança contra Celesc

Foi realizada ontem dia 28 de março, a última Audiência da Ação Civil Pública relativa à saúde e a segurança dos trabalhadores da Celesc e das empresas terceirizadas. No entendimento do Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa é omissa e negligente em relação à saúde e segurança dos trabalhadores. Como consta nos autos, "resta evidente que as questões atinentes à preservação da saúde e vida dos trabalhadores não são consideradas prioridade pela Diretoria da empresa Ré". A Ação ajuizada em 2009 teve quatro audiências até agora. No ano de 2011, o perito nomeado pela Justiça fiscalizou o cumprimento dos doze itens ajuizados conforme petição inicial e gerou um relatório que foi entregue em nove de janeiro de 2012. Com mais de duzentas páginas, o documento fortalece a denúncia de que as condições de saúde e a segurança na empresa são tratadas com descaso.

Ao avaliar as atividades de campo em três serviços, o perito encontrou dez desconformidades na primeira atividade, seis na segunda e mais cinco na última. Nas mais de seis mil laudas analisadas foram encontradas 657 desconformidades. Em relação aos doze itens, o profissional tece uma série de comentários que serão divulgados nas próximas matérias, após a publicação da sentença.

Ainda como partes do processo, os sindicatos que compõem a Intercel, a pedido do MPT, contrataram um assistente de perito que, após averiguação, complementou as informações com algumas correções e endossou o relatório do perito judicial.

Desleixo

No início da ação a Celesc argumentava que os acidentes aconteciam pela dificuldade de comunicação entre eletricitistas e COD. Em razão do exposto, uma determinação judicial estabeleceu que a Celesc devesse implantar um sistema de comunicação de rádio. Contudo, até hoje o modelo não foi concluído.

Nesta conjuntura caótica, a gerência da DVSS atua em outras atividades e se mantém no cargo a pedido político mesmo tendo sido responsabilizado em Inquérito Administrativo.

O que mais será preciso acontecer, além das mortes e mutilações já noticiadas, para que mudanças sérias sejam realizadas na área de saúde e segurança da empresa?

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489). Conselho Editorial: Amilca Colombo. Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC. CEP 89206-000. Fone (047) 3028-2161. E-mail: sindsc@terra.com.br - Site: www.sindinorte.org. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

ÁGUA E ENERGIA

Dia 22 de março dia Mundial da Água os atingidos pela barragem de Garibaldi que estão acampados na comunidade Nossa senhora das Graças em Abdon Batista, em Santa Catarina, realizaram uma assembleia às 9 horas da manhã no salão Paroquial. Com a participação da Comissão dos Direitos Humanos de Brasília, uma representação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sinergia, padres e uma comissão composta por cinco deputados Estaduais de Santa Catarina. Na pauta os direitos dos atingidos pela barragem. A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, liderado pela Deputada Estadual, Partido dos Trabalhadores (PT), Luciana Carminati, reconheceu a violação dos direitos humanos dos atingidos, no processo de construção da UHE de Garibaldi em Abdon Batista. Será elaborado um relatório com as entrevistas e depoimentos coletados na região que vai ser entregue à Ministra da Comissão dos Direitos Humanos, Maria do Rosário e ao Ministro da Presidência da República Gilberto Carvalho.



Na audiência nove atingidos pela barragem Garibaldi prestaram depoimento as autoridades que estavam presentes. Os mesmos explicaram como é o tratamento da empresa Triunfo em relação aos agricultores atingidos. Emocionada Neusa Raitz foi uma das agricultoras que contou o que está ocorrendo em sua comunidade em São José do Cerrito. "Cerca de 50% de nossas terras serão alagadas e dependemos dela para a nossa sobrevivência, porque é ali onde produzimos a nossa comida, e mantemos as nossas famílias, isso é uma injustiça o que a empresa Triunfo está fazendo com os atingidos".

Para o diretor do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (Sinergia), Jerry Conceição, o Brasil não precisa de tantas barragens, buscar outras formas de energia alternativas e uma campanha educativa na população para educar a usar bem energia (como no apagão de 2001) e o fim do subsídio a indústria dariam conta da demanda. As empresas estão construindo mais usinas para ganhar dinheiro, já que a compra é garantida, mesmo não gerando, e não é diferente aqui em Garibaldi. "Isso que a empresa Triunfo está fazendo com os atingidos é

pura sacanagem".

No dia 23, aconteceu em Lages no Ministério Público Estadual uma reunião de negociação entre os atingidos, governo federal e a empresa construtora. Dentre as reivindicações está um acordo que assegure o direito de reassentamento aos agricultores atingidos, garantindo que os mesmos continuem produzindo alimentos como forma de geração de renda para a família.

Neste momento em que querem se apropriar dos nossos bens naturais, cabe a nós, em conjunto com demais organizações sociais, sindicais e pastorais, realizar ações de forma articulada, de caráter nacional e internacional, visando laços de unidade e a integração solidária, a fim de desenvolver ações de denúncia e de debate que elevem o nível de consciência e que gerem simpatia na sociedade, estabelecendo processos de pressão popular sobre governos, parlamentares e corporações internacionais. A construção desse projeto dos trabalhadores e trabalhadoras deverá ser obra do protagonismo da própria classe trabalhadora. A Plataforma Operária e Camponesa para a Energia vem a público manifestar sua posição em defesa da água e da energia como um bem público e direito fundamental dos homens e mulheres.

